



Número: **0801802-21.2019.8.15.0881**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de São Bento**

Última distribuição : **19/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LOURIVAL FILHO DINIZ (AUTOR)		DELANY ARAUJO DA COSTA (ADVOGADO) ROGACIANO ARAUJO DA COSTA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27226 858	19/12/2019 15:31	<u>Petição Inicial</u>	Petição Inicial
27226 869	19/12/2019 15:31	<u>procuração</u>	Procuração
27226 877	19/12/2019 15:31	<u>decisão admintrativa</u>	Outros Documentos
27226 883	19/12/2019 15:31	<u>Doc. pessoais, processo administrativo</u>	Documento de Identificação
27226 888	19/12/2019 15:31	<u>boletim de ocorrencia, documentos hospitaleres</u>	Documento de Comprovação
27230 864	19/12/2019 16:16	<u>Informação</u>	Informação
27230 868	19/12/2019 16:16	<u>simulação de custas</u>	Informações Prestadas
27382 265	13/01/2020 09:35	<u>Despacho</u>	Despacho
27515 911	17/01/2020 08:49	<u>Petição de juntada</u>	Petição
27515 915	17/01/2020 08:49	<u>comprovante de residência</u>	Documento de Comprovação
30460 082	11/05/2020 17:55	<u>Sentença</u>	Sentença
30560 353	11/05/2020 18:07	<u>Expediente</u>	Expediente
31415 819	09/06/2020 17:27	<u>Apelação</u>	Apelação
31415 823	09/06/2020 17:27	<u>Apelação</u>	Apelação
31415 824	09/06/2020 17:27	<u>procuração</u>	Procuração
31415 828	09/06/2020 17:27	<u>boletim de ocorrencia, documentos hospitaleres</u>	Documento de Comprovação
31415 832	09/06/2020 17:27	<u>comprovante de residência</u>	Documento de Comprovação
31415 836	09/06/2020 17:27	<u>decisão admintrativa</u>	Outros Documentos
31415 840	09/06/2020 17:27	<u>Doc. pessoais, processo administrativo</u>	Informações Prestadas

31415 846	09/06/2020 17:27	<u>Scan-otimizado_1</u>	Documento de Identificação
31416 099	09/06/2020 17:27	<u>Scan-otimizado_2</u>	Outros Documentos
32803 940	30/07/2020 22:25	<u>Despacho</u>	Despacho
33679 007	27/08/2020 13:00	<u>Expediente</u>	Expediente

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENTO - PARAÍBA.

LOURIVAL FILHO DINIZ, brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF nº 062.966.264-95, e RG nº 202860-7 – SSP/PB, domiciliado na Rua Francisco Felipe Dutra, s/n, Bairro Boa Esperança, CEP: 58865-000, cidade de São Bento-Paraíba, por seu advogado e bastante procurador que esta subscreve, instrumento procuratório anexo (Doc. 01), com escritório profissional situado na Rua Pedro Pereira Alcântara, S/N, centro, São Bento-PB, onde deverá receber todas as intimações e/ou notificações decorrentes do presente feito, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, através do artigo 319 e seguintes do novo Código de Processo Civil, e com fulcro na Lei nº 6.194/74 C/C a súmula 257 do STJ propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO-DPVAT

Em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, companhia de seguros participante do Consórcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ- CEP: 20031-205 e, endereço eletrônico www.seguradoralider.com.br pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:



PRELIMINARMENTE:

DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer à V. Ex^a. seja deferido o benefício da Gratuidade de Justiça, **com embasamento na lei 1.060/50, com alterações introduzidas pela lei 7.510/86**, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

Por tais razões, pleiteiam-se os benefícios da Justiça Gratuita, assegurados pela Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV e pela Lei 13.105/2015 (CPC), artigo 98 e seguintes.

DOS RELATOS FATICOS (em acordo ao art. 319, III da lei 13105/15)

O requerente foi vítima de um grave acidente de trânsito, ocorrido em 31/07/2016, por volta das 16 : 00 horas, quando nas proximidades da entrada de São José da Lagoa Tapada-PB, em uma estrada de terra a motocicleta derrapou e assim, ocorreu o sinistro, ocorreu que o mesmo resistiu aos ferimentos, mas por esse motivo obteve várias sequelas irreversíveis vindo a provocar a impossibilidade laborativa, conforme atestado médico em anexo, onde aponta que o evento fora causado por **CID. 10 S04.9 – Traumatismo Crânio Encefálico**, com complicação decorrente do acidente automobilístico.

Salienta-se que o direito do Autor, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, sendo lhe devido o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexos causal entre o acidente e a invalidez.

Denota-se legítimo os deveres das demandadas em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteada, visto que as mesmas pertencem ao rol de seguradoras que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio DPVAT.



Acredita-se que o agora pleiteante desse direito estar irrefutavelmente amparado por tal premissa, mas a seguradora não tendo nenhum respeito pelo cidadão insistiu em não pagar alegando que o seguro só foi pago após o acidente, conforme carta em anexo e **sinistro 3170072023 ASL-0043861/17**, em que alegam os fatos narrados.

Nesse sentido Vossa Excelência, em decorrência do acidente sofrido pelo promovente, culminado com a invalidez, onde o mesmo busca a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer o seu Direito.

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS (em acordo ao art. 319, III da lei 13105/15)

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

“Art. 2º – Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea “I” nestes termos:

Art. 20, I – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas não transportadas ou não.

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se **a invalidez permanente como total** ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:



Dessa forma, pode ser declarado mediante os documentos médicos acostados na inicial que o promovente sofre de uma invalidez permanente total, pois como observa-se na **tabela da lei 6194/74 as “CID 10 S04.9 - Traumatismo Crânio Encefálico..”** enquadram-se como danos corporais totais o que é o caso.

Assim, resta claro que o requerente deve ser indenizado pelo seguro, como medida de direito, visto que a demandada está agindo de má fé em não reconhecer o direito pleiteado desde o procedimento administrativo, como tentativa de promover a desistência do suplicante.

Neste sentido, vejamos nossa Jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)- Interposição contra a sentença que julgou procedente ação de cobrança de seguro DPVAT. Preliminares de substituição de parte e carência de ação afastadas. Falta de pagamento do prêmio do seguro DPVAT. Aplicação da Súmula nº 257 do E. Superior Tribunal de Justiça. **Caracterizada a invalidez total do autor. Sentença parcialmente reformada.** TJSP – (Apelação: APL 40761120108260457 SP 0004076-11.2010.8.26.0457)

Ementa: **APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE** -POSSIBILIDADE -INVALIDEZ CONSTATADA PELO LAUDO DO IML E QUANDO DO PAGAMENTO PARCIAL - VALORTOTAL DEVIDO DE R\$ 13.500,00 CONFORME DISPOSIÇÃO DA LEI 11.482 /07, DESCONTADO O VALOR PAGO ADMINISTRATIVAMENTE RECURSO DESPROVIDO. TJPR: 9013901 PR 901390-1 (Acórdão)

No mesmo entendimento jurisprudencial segui:

COBRANÇA - INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO - (DPVAT)- I) O PEDIDO DE FIXAÇÃO DE 50% DO VALOR INDENIZATÓRIO - PERDA DE UM P É -
INVALIDEZ PERMANENTE - CCB, ART. 476 - INAPLICABILIDADE - II) DESNECESSIDADE DE O AUTOR ESGOTAR A VIA ADMINISTRATIVA ANTES DE BUSCAR O PODER JUDICIÁRIO. III) INDENIZAÇÃO EM QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES NA ÉPOCA DO ACIDENTE - LEI 6.194/74, ART. 3º, ALÍNEA B. IV) IMPOSSIBILIDADE DA PRETENDIDA SUPREMACIA DAS RESOLUÇÕES DO CNSP E DA SUSEP SOBRA A LEI 6.194/74 - VALIDADE DO PARÂMETRO ADOTADO PELA LEI 6.194/74 AO ESTABELECEER INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE EM ATÉ 40 VEZES O SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE - NAO VIOLAÇÃO DO ART. 7º, INC. IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, TAMPOUCO ÀS LEIS 6.205/77 E 6.423/77. V) **DIANTE DA INEXISTÊNCIA DE PEDIDO DE PAGAMENTO ADMINISTRATIVO E PAGAMENTO INCOMPLETO, A CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDE A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO E OS JUROS DE MORA FLUEM DA**



CITAÇÃO.RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE."(Apelação Cível nº 352.853-0, Relator Desembargador Eugênio Achille Grandinetti - 31/8/2006 - Nona Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná)

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

Agora é muito importante demonstrar o grande equívoco proposital que as demandadas cometeram, pois como é visto na **súmula 257 do STJ**:

A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

Nesse sentido seguem vários julgados de diversos tribunais, como denota-se a seguir:

DPVAT - Indenização - Súmula nº 257 do STJ Ação de cobrança. Seguro obrigatório (DPVAT). Falta de pagamento do prêmio. Sinistro ocorrido antes da vigência da Lei nº 8.441/92. Vítima proprietária do veículo. Indenização. Possibilidade.

'A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.' Verbete nº 257 da Súmula do STJ. A indenização devida a pessoa vitimada, decorrente do chamado Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias



Terrestres (DPVAT), pode ser cobrada mesmo tendo ocorrido o acidente previamente à modificação da Lei nº 6.194/74, pela Lei nº 8.441/92 e antes da formação do consórcio de seguradoras. Precedentes.

O fato de a vítima ser o dono do veículo não inviabiliza o pagamento da indenização.

Recurso conhecido e provido. (6ª Turma Recursal Cível de Belo Horizonte- Rec. nº 024.05.586189-2 - Rel. Juíza Flávia Birchall de Moura). Boletim nº 82

SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS - PRÊMIO PAGO COM ATRASO - PAGAMENTO ACEITO, SEM QUALQUER RESSALVA - POSTERIOR MORTE DA SEGURADA - INDENIZAÇÃO DEVIDA - ARTS. 937, 939, 940 E 1.432, CC - **RECURSO ACOLHIDO** - Assentado pelas instâncias ordinárias que as seguradoras receberam o pagamento do prêmio efetuado com atraso, conferindo regular quitação, sem qualquer ressalva, por intermédio de instituição financeira a tanto autorizada, não é de ser acolhida, ante a superveniência do evento morte objeto da cobertura securitária, a alegação de exceptio non adimpleti contractus fundada na falta de cumprimento, no tempo devido, da obrigação assumida pela segurada. (STJ - REsp 36.022-6 - SP - 4ª T. - Rel. Min. Sálvio de Figueiredo - DJU 12.06.95)

Continuando no mesmo entendimento, segui:

Cobrança. Seguro DPVAT. DUT. Vinculação. Salário mínimo. Retroatividade. Não é obrigatória a apresentação do DUT para o recebimento de seguro obrigatório. O valor máximo a ser pago pelas seguradoras por esta indenização é de 40 (quarenta) salários mínimos conforme a Lei n. 6.194/74. A fixação do valor em salário mínimo, consoante critério legal específico, não é incompatível com a legislação que veda o uso daquele salário como fator de correção monetária. Resolução que regulamenta o pagamento do seguro obrigatório não pode dispor em contrário ao estabelecido em lei. (TJRO - Apelação Cível - Rito Sumário: AC 10000120030181886 RO 100.001.2003.018188-6

No mesmo sentido, o Código Civil dispõe:

Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.

Portanto, trata-se de necessária indenização proporcional ao dano sofrido pelo Autor, conforme precedentes sobre o tema:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PROPORCIONALIDADE. 1- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez permanente parcial,



deve ser fixada em valor proporcional ao grau do dano sofrido pela vítima do acidente automobilístico. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJ-GO - AC: 04574988420088090065, Relator: DR (A). SEBASTIAO LUIZ FLEURY, Data de Julgamento: 22/09/2016, 4A CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: DJ 2124 de 04/10/2016)

Trata-se da necessária aplicação da lei, uma vez que demonstrado o compromisso firmado pelo contrato e a ocorrência do descumprimento, outra solução não resta se não o imediato pagamento do débito, conforme amplamente protegido pelos tribunais.

Desse modo, recorremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa e reconhecimento de um direito tolhido de forma sorrateira e utilizando-se da má fé para com seus contribuintes.

CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL

Conforme precedentes sobre o tema, o valor apurado deve sofrer correção monetária a partir da data do sinistro:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. I- CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. Em se tratando de ação de cobrança de seguro DPVAT, a correção monetária incide a partir da data do sinistro, ou seja, do efetivo prejuízo, nos termos da Súmula nº 43 do Superior Tribunal de Justiça. II- HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PARTE AUTORA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. Restando configurada a sucumbência recíproca, devem ser as partes condenadas, proporcionalmente, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, ainda que uma delas seja beneficiária da assistência judiciária, ficando suspensa a cobrança para essa última, segundo o que estabelece o artigo 12 da Lei nº 1.060/50, não havendo se falar do limite de 15% previsto nessa lei, uma vez que ele foi revogado pelo Código de Processo Civil de 1973. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO - AC: 04374876620148090051, Relator: DES. GERSON SANTANA CINTRA, Data de Julgamento:



PERÍCIA- Da teoria da dinamização do ônus da prova

O sistema processual brasileiro, ao definir que a cada parte cabe provar o que alegou, adotou a Teoria Clássica que possui uma concepção estática do ônus da prova. Isto é, a distribuição do ônus, segundo o Código de Processo Civil, define-se abstrativamente, considerando-se apenas as hipóteses legais, sem sofrer qualquer influência ou interferência da situação posta em juízo.

Observa-se, portanto, que o CPC não conferiu mutabilidade ao ônus da prova de modo que as particularidades da causa pudessem, em determinadas hipóteses, alterar a regra comum de distribuição de ônus da prova.

CDC - VIII do art. 6º – a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou **quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência.**

Ao ignorar as particularidades da causa, demonstrou-se em desarmonia com o modelo constitucional do direito processual civil, pautado no direito fundamental de acesso à justiça, que exige uma leitura do processo, de seus procedimentos e de suas técnicas, consoante as particularidades de cada causa.

Por conta disso, tem-se destacado e ganhado espaço na doutrina nacional a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, que indica um modelo de distribuição pautado na dinâmica da própria relação jurídica processual em análise, podendo-se a ela se ajustar, com o fim de melhor atender às especificidades da causa em concreto.

Por meio dessa teoria, a análise a respeito de quem tem o ônus de produzir a prova fica a cargo do magistrado, enquanto gestor da prestação jurisdicional. Nas palavras de Humberto Theodoro:



“Fala-se em distribuição dinâmica do ônus probatório, por meio da qual seria, no caso concreto, conforme a evolução do processo, atribuído pelo juiz o encargo de prova à parte que detivesse conhecimentos técnicos ou informações específicas sobre os fatos discutidos na causa, ou, simplesmente, tivesse maior facilidade na sua demonstração. É necessário, todavia, que os elementos já disponíveis no processo tornem verossímil a versão afirmada por um dos contendores e defina também a nova responsabilidade pela respectiva produção.” (Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 48. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008)

Se faz necessário o requerimento da perícia e, conseqüentemente, do formulário de quesitos periciais, por motivo de melhor entendimento das sequelas sofridas pelo requerente.

VII – DOS PEDIDOS (nos termos do art. 319, inciso IV da lei 13105/15)

Mediante o exposto, requer *incontinenti* a Vossa Excelência, sejam-lhe ***deferidos os benefícios da justiça gratuita*** nos termos requeridos preliminarmente, por se encontrar impossibilitado de arcar com as despesas processuais, sem que para tal ocorra o comprometimento de sua sobrevivência, **nos termos do art. 98 e seguintes do CPC/2015;**

Seja a presente ação julgada **TOTALMENTE PROCEDENTE**, a fim de ser feito o pagamento da indenização do seguro DPVAT do requerente, após constatação de sua invalidez permanente total através de perícia médica a ser realizada por perito de confiança deste juízo, até constatação da veracidade dos fatos alegados na inicial e reconhecimento da invalidez;

Que seja acolhido os termos da Súmula 257 do STJ;

A citação dos requeridos, para apresentar defesa caso queira, sob pena de revelia, prosseguindo-se nos ulteriores termos de Direito, para no final ser a ação julgada procedente com a condenação do requerido ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), no valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais);

Que **não** seja designada audiência prévia de conciliação, **nos termos do art. 319, VII, do CPC/2015;**

Custas processuais, despesas emergentes, correção monetária e juros de mora desde a data do pedido em via administrativa e sobre o total da condenação;



Por fim, pugna pela ***inversão do ônus da prova*** em favor do promovente, na forma do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor c/c **art. 373, inciso II e § 1º do novo CPC**;

Provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, sob pena de confissão, oitiva de testemunhas, perícias, vistorias, juntada de novos documentos e demais provas que se fizeram necessárias, **nos termos do art. 319, inciso VI do novo CPC**;

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), **nos termos do art. 319, inciso V da lei 13105/15**;

Nestes Termos,

Pede e Espera deferimento

São Bento, 19 de dezembro de 2019.

Rogaciano Araújo Da Costa

Advogado

OAB/PB 17323

Delany Araújo Da Costa

Advogada

OAB/PB 16512

Nesta oportunidade, o Autor oferece os seguintes quesitos para o exame médico:

Queira o Sr. Perito esclarecer:



Qual o tipo de lesão sofrido pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?

As lesões sofridas são compatíveis com os fatos narrados na inicial e com as fotos anexadas aos autos?

Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?

Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?

Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes)?

Havendo sequelas, qual(is) o(s) tratamento(s) recomendado(s) para corrigi-la(s) ou atenuá-la(s)? Qual(is) seu(s) custo(s) médio(s) ?

Há algum outro ponto que o Sr. Perito repute relevante sobre o exame pericial realizado?



PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTES: LOURIVAL FILHO DINIZ, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG nº 2028607 expedido pelo SSP-PB e CPF nº 062.966.264-95, residente e domiciliado na Rua Francisco Felipe Dutra, s/n, bairro Boa Esperança do município de São Bento-PB, CEP: 58.865-000.

OUTORGADOS: Rogaciano Araújo Da Costa, brasileiro, advogado, devidamente inscrito na OAB/PB sob o nº 17323, Delany Araújo Da Costa inscrita na OAB/PB 16512, com endereço para intimações Avenida Rua Pedro Pereira De Alcantara, S/N/escritório, centro, São Bento-PB.

PODERES: A quem confiro poderes, para o foro geral, com a cláusula "ad judicia", a fim de que possa defender os interesses e direitos dos outorgantes perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que a outorgante seja autora ou reclamante, defendendo-a quando for réu, interessado ou testemunha, podendo reclamar, conciliar, recorrer, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, receber e dar quitação, confessar, firmar compromissos e **assinar declaração de hipossuficiência econômica**, receber citação e intimação, bem como comparecer em qualquer dos atos relativos aos processos, e em especial, **PROPOR AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, inclusive substabelecer a presente, com ou sem reservas de poderes, se assim lhe convier praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso. **Em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC.**

São Bento, 21 de junho de 2017.

LOURIVAL FILHO DINIZ

Outorgante

CPF nº: 062.966.264-95



DECLARAÇÃO DE POBREZA PARA FINS JUDICIAIS

Eu **LOURIVAL FILHO DINIZ**, brasileiro, casado, agricultor, portador da RG nº 2028607 expedido pelo SSP-PB e CPF nº 062.966.264-95, residente e domiciliado na Rua Francisco Felipe Dutra, s/n, bairro Boa Esperança, CEP: 58865-000 do município de São Bento-PB, **DECLARO**, nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 e da Lei nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950, para os devidos fins do direito, que sou pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo de condições econômicas para arcar com as custas judiciais, sem sacrifício do sustento meu e de minha família, requerendo, consequentemente, todos os benefícios da **GRATUIDADE DE JUSTIÇA** e, assino a presente Declaração em manifestação da sua concordância com o patrocínio da causa sem quaisquer ônus à este declarante.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

São Bento, 21 de junho de 2017.

LOURIVAL FILHO DINIZ



Rio de Janeiro, 06 de Fevereiro de 2017

Carta nº: 10467985

A/C: LOURIVAL FILHO DINIZ

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170072023 ASL-0043861/17
Vítima: LOURIVAL FILHO DINIZ
Data Acidente: 31/07/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador: VALDIR PEREIRA DA SILVA

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em 26/01/2017 a documentação relativa ao acidente ocorrido em 31/07/2016. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Autorização de pagamento não conclusivo
- Comprovante de residência não conclusivo
- Declaração de inexistência do IML não conclusivo

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO** onde o aviso do sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT!

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 072 12 04 ou através do nosso site www.dpvatseguradotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT





Seguradora Líder - DPVAT

LEONIVAL FILIPIO DINIZ
RTO CAATINGA, S/N ZONA RURAL
TAPADA
CEP 58515-000 - RÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA - PB



JS-556065455BR

Salda = www.dpvatseguradora.com.br

Concluir a inscrição de Seguro DPVAT é simples: basta juntar os documentos necessários e entregá-los em uma seguradora consorciada, que, após conferir a sua regularidade, os encaminhará à Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S.A.
Antes de tudo, lembre-se: para estar seguro no período de indenização ou ressarcimento do processo, não é preciso cancelar o veículo. Se você é o principal interessado na indenização, não precisa fazer nada.

DPVAT - Como Requerer

Seguradora Líder - DPVAT





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROMISSO DE INSERÇÃO

Número
062.986.264-95

Nome
LOURIVAL FILHO DINIZ

Ressidência
103671962

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROMISSO DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
4554.D88E.0BF5.0677

A autenticidade deste compromisso deverá
ser verificada na internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
em 19/05/2012 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, VALDIR PEREIRA DA SILVA, portador da carteira de identidade nº 243.0255 e inscrito no CPF/ME sob o nº 042451344-86, residente e domiciliado na SITIO CAATINGA, zona rural, cidade SÃO JOSE DA LAGOA, Estado PARAIBA, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 5.194/74), uma vez que:

☒ Não há estabelecimento do IML no Município da minha residência ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento à análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora L'Or DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 5.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Valdir Pereira da Silva

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

SÃO RAMO, 16 DE SETEMBRO DE 2016.

Local e data





GRUPO PRETENCIDO PELA SEGURADORA

☒ VALDIR PEREIRA DA SILVA

EXPEDITION FOR 55P/PB

EN 02:02:000

NAME _____

1981-5505 06/10/1981

PREVIDÊNCIA SOCIAL DE R\$ 5.000,00 (5) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIA DO VALOR DIFERENTE À INCIDÊNCIA / REEMBOLSO DO SEGURO DO VITÍMA R\$ 5.000,00

OPWA: A MELHOR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABARCO PRESTADAS

Fala sobre o programador de um pagamento, levante-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados.

- IMPORTANTE:** Também não devem ser apresentados documentos que não apresentem dados bancários com imagens digitais/scanner colorido, escaneados, por meio de e-mails baseadas informações e/ou envio financeiro da carta ou cópia do verso da carta multilado e/ou fornecido e cópia de segurança.

Nº de CARTA recebida: 02.05.2012

Y la CONIA, por el tipo de valor 1000689.0

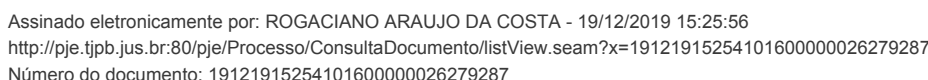
DECLARO QUE A CONTA AGRA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE,UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO,CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DEACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E FIZO COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

1064 P. 1573

ASSAULT ON A POLICE OFFICER



- O Seguro D-PAV garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (para quem será pago após testilância, com 30 dias, obedecendo à legislação vigente no Brasil de aplicação), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valerá que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prestada na 011-045/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médicas-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de avaliação do pedido de indenização, acesse www.dia-a-dia.com.br/seguros/como-funciona-o-SAC-DPAV-0800-022700.



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, VALDIR PEREIRA DA SILVA

RG nº 2130255, data de expedição 02/02/2000, Órgão SSP-PB,

CPF nº 04215134486, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguido, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>SITIO CAATINGA</u>
Número	
Apto / Complemento	
Bairro	<u>ARCA RURAL</u>
Cidade	<u>SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA</u>
Estado	<u>PARANÁ</u>
CEP	<u>58815 000</u>
Telefone de Contato	<u>(83) 99538661</u>
E-mail	<u>ROGACIANOADVS@GMAIL.COM</u>

Por ser verdade, firmo-me,

Local e data: SÃO DENTÃO 16 DE SETEMBRO DE 2016.

Assinatura do Declarante: Valdir Pereira da Silva



*Veuillez noter que les données de la table 1 sont des données
 de la base de données de la base de données de la base de données

Canal de crédito

29X06V20-6

[illegible]

Month	Count
Jan 15	2
Jan 16	54
Mar 16	41
Apr 16	6
May 16	8
Nov 16	2
Nov 17	22
Dec 17	27
Feb 18	0
Dec 18	0
Apr 18	14
May 18	4

	2012-2013 (INR)	2014-2015	Comments
2015	0.30	0.30	0.00
2016	0.30	0.30	0.00
2017	0.30	0.30	0.00

TOTAL A PAGAR

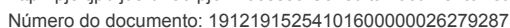
RS 13.22

cc54.57dt.035f.042p.0824.GbUK: D77k.2m0d

Indicaciones de Calidad, m.e.-1106, 2004.

[illegible]

ATTENTION





BOLÉTIM DE OCORRÊNCIA Nº 010/2016

Versando sobre: Acidente de Trânsito

Data e hora do fato: 31/07/2016, às 16h00min.

Local do ocorrido: **, São José da Lagoa Tapada/ PB.

Data e hora em que a delegacia tomou conhecimento: 25/08/2016, às 14h 20min

COMUNICANTE: LOURIVAL FILHO DINIZ, alcunha **, Filiação: Lourival Gabriel Diniz e Francisca filha da Conceição; Profissão: agricultor; Estado Civil: casado; Naturalidade: São José da Lagoa Tapada - PB; Nacionalidade: brasileira; Cor: branca; Data de Nascimento: 10.06.1962; Endereço Residencial: São Caetano, São José da Lagoa Tapada - PB; Endereço Profissional: **, Telefone: **, Portador da CI/RG nº: 2028697 - SSP/PB, Título Eleitoral **, CPF 062.966.264-95.

VITIMAS: o comunicante.

HISTÓRICO: QUE no dia 31.07.2016, por volta de 16h, estava trafegando nas proximidades da entrada da cidade de São José da Lagoa Tapada, guiando a motocicleta de sua Neta CYNTHIA RAYANE LUCIO DE OLIVEIRA, uma MOTOCICLETA NXR 160 BROS ESO 2015/2015, PLACA OFC 8213/PB, COR BRANCA, quando sofreu um acidente derrapando numa estrada de terra, vindo a cair e ficar com várias escoriações pelo corpo e um traumatismo no maxilar em decorrência da queda; QUE deseja certidão para fins de DPVAT. Ciente ser conhecedor (a) das sanções civis, administrativas e criminais a que estará sujeito, caso o quanto aqui declarei não seja estritamente a verdade.

SOLUSA - PB, 25 de agosto de 2016.

AUTORIDADE POLICIAL: Del. Pol. FRANCISCO ARRANTES MOREIRA

COMUNICANTE:

ESCRIVÃO:

[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita] 363.559-7



PACIENTE: LOURIVAL FILHO DINIZ

Nº: 77369

REQUISITANTE:

DATA: 31/07/2016

TOMOGRÁFIA COMPUTADORIZADA HELICOIDAL DE CRÂNIO

TÉCNICA:

Exame realizado no plano axial, com cortes de 4,0mm de espessura na fossa posterior, e 6,0mm de espessura na região supratentorial, sem utilização do produto de contraste endovenoso, por solicitação do médico assistente.

RELATÓRIO:

1. Parênquima encefálico apresenta morfologia e coeficiente de atenuação normal.
2. Aspecto anômico dos sulcos entre os giros corticais, fissuras Sylvianas e cisternas da base.
3. Sistema ventricular apresenta morfologia, dimensões e coeficiente de atenuação normais.
4. Ausência de coleções extra-axiais.
5. Não há evidência de desvio da linha média.
6. Ausência de calcificações patológicas.
7. Material com atenuação de líquido espesso em partes moles preenchendo parcialmente os seios maxilares e células etmoidais.
8. Aumento de partes moles na região frontotemporo-parietal esquerda, periorbitária e malar à esquerda, com edema subcutâneo regional. Nota-se imagens amórfas, hiperatenuantes, junto à pele regional, sugestivas de artefatos.
9. Descontinuidade da cortical óssea temporal esquerda, asa do esfenoide à esquerda, e paredes do seio maxilar esquerdo.

Conclusão:

- Edema/hematoma subgaleal frontotemporo-parietal esquerdo, e edema de partes moles periorbitária e malar à esquerda.
- Fratura temporal, asa do esfenoide e paredes do seio maxilar à esquerda.
- Hemossinus.

SOUZA-PH. 31 de julho de 2016

Dr(a). **MARCELI CARTAXO NEVES**
Médico(a) Radiologista
CRM Nº 6069

Obs.: As informações contidas neste relatório, representam a interpretação diagnóstica e a análise da interpretação realizada pelo médico radiologista do exame realizado. Este laudo não deve ser considerado como substituto a outros, já que os radiologistas são responsáveis e identificam os mesmos para se modificar de acordo com a História Clínica e os exames complementares já realizados.



Centro de Imagem Dr. Péricles Neves - R. Castello Vargas, 21 Centro - Soum PE - Fone: 83 3522.2766 - periclesneves@centroimagem.com.br
Dr. José Antônio Rodrigues Neves - Diretor Médico do Colégio Brasileiro de Radiologia (nº 2917 - CREA 1913 PE)
Dr. Marceli Cartaxo Neves - CREA 6069 PE

Tel: 83 3522.1900



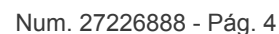


Journal of the

Д. С. Лавров

De daro dona todos os fms
que o primeiro pupilo estiver
atrasado neste curso volume
de aud. de mot. a partir
desta tce + prof. 2 fms
fms (E) C. G. 1203/11

Rua Delmiro Gouveia, 443 / Cossentino / Campinas Grande / Paraíba
CEP 58.126-016 / Fone: (83) 2102-0101 / www.haz.com.br



SEGUE EM ANEXO A SIMULAÇÃO DE CUSTAS;



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da guia)			Número do boleto: 088.7.19.00949/0
Nº do Processo: 0801802-21.2019.815.0881 Comarca: São Bento Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7			Data de emissão: 10/12/2019
Número da guia: 088.2019.000849 Tipo de Guia: Custas Opcionais de Destinação do Benefício da Justiça Gratuita Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.013,20 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovente: LOURIVAL FILHO DINIZ Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Data de vencimento: 31/12/2019
			UFR vigente: R\$ 00,00
			Conta FEJPA: 1618-7/228.035-4
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.217,00
			Desconto total: R\$ 0,00
868300000126 170509283181 520191231080 871900949011 			Valor final: R\$ 1.217,00

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 088.7.19.00949/0
Nº do Processo: 0801802-21.2019.815.0881 Comarca: São Bento Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7			Data de emissão: 10/12/2019
Número da guia: 088.2019.000849 Tipo de Guia: Custas Opcionais de Destinação do Benefício da Justiça Gratuita Promovente: LOURIVAL FILHO DINIZ Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Detalhamento:			Data de vencimento: 31/12/2019
			UFR vigente: R\$ 00,00
			Conta FEJPA: 1618-7/228.035-4
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.217,00
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.217,00

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 088.7.19.00949/0
Nº do Processo: 0801802-21.2019.815.0881 Comarca: São Bento Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7			Data de emissão: 10/12/2019
Número da guia: 088.2019.000849 Tipo de Guia: Custas Opcionais de Destinação do Benefício da Justiça Gratuita Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.013,20 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovente: LOURIVAL FILHO DINIZ Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Data de vencimento: 31/12/2019
			UFR vigente: R\$ 00,00
			Conta FEJPA: 1618-7/228.035-4
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.217,00
			Desconto total: R\$ 0,00
868300000126 170509283181 520191231080 871900949011 			Valor final: R\$ 1.217,00





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE SÃO BENTO**

*Fórum Gov. João Agripino Filho
Praça Álvaro Dias, 65, Centro, São Bento - PB.
CEP 58.865-000 Tel.: (0**)83 3444-1225*

[SEGURO]

PROCESSO Nº 0801802-21.2019.8.15.0881

AUTOR: LOURIVAL FILHO DINIZ

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Todos os endereços do procedimento administrativo dão conta de que o mesmo reside na zona rural de cidade diversa.

Como forma de garantir a observância do princípio do juiz natural, intime-se o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar comprovante de residência nesta comarca, sob pena de indeferimento da inicial.

São Bento - PB, na data da assinatura eletrônica.

JOSÉ NORMANDO FERNANDES

Juiz de Direito em substituição

Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, da Lei 11.419/2006.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
COMARCA ÚNICA DE SÃO BENTO - PARAÍBA.**

PROCESSO Nº 0801802-21.2019.15.0881

LOURIVAL FILHO DINIZ, já qualificado, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DOS SEGUROS DPVAT**, promovida em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, por seu procurador infra-assinado, vem à presença de V. Exa., requerer a juntada do **COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA ATUALIZADO**, posteriormente à proposição da presente ação, nos exatos termos do artigo 435 do novo Código de Processo Civil.

Nestes Termos,

Pede e Espera deferimento.

São Bento, 17 de janeiro de 2020.

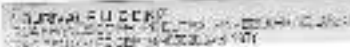
Rogaciano Araújo Da Costa

Delany Araújo Da Costa

Advogado
Advogada

OAB/PB 17323
OAB/PB 16512



[illegible]

2000-2001-2002-2003-2004-2005-2006-2007-2008-2009-2010-2011-2012-2013-2014-2015-2016-2017-2018-2019-2020-2021-2022-2023-2024-2025-2026-2027-2028-2029-2030-2031-2032-2033-2034-2035-2036-2037-2038-2039-2040-2041-2042-2043-2044-2045-2046-2047-2048-2049-2050-2051-2052-2053-2054-2055-2056-2057-2058-2059-2060-2061-2062-2063-2064-2065-2066-2067-2068-2069-2070-2071-2072-2073-2074-2075-2076-2077-2078-2079-2080-2081-2082-2083-2084-2085-2086-2087-2088-2089-2090-2091-2092-2093-2094-2095-2096-2097-2098-2099-2100-2101-2102-2103-2104-2105-2106-2107-2108-2109-2110-2111-2112-2113-2114-2115-2116-2117-2118-2119-2120-2121-2122-2123-2124-2125-2126-2127-2128-2129-2130-2131-2132-2133-2134-2135-2136-2137-2138-2139-2140-2141-2142-2143-2144-2145-2146-2147-2148-2149-2150-2151-2152-2153-2154-2155-2156-2157-2158-2159-2160-2161-2162-2163-2164-2165-2166-2167-2168-2169-2170-2171-2172-2173-2174-2175-2176-2177-2178-2179-2180-2181-2182-2183-2184-2185-2186-2187-2188-2189-2190-2191-2192-2193-2194-2195-2196-2197-2198-2199-2200-2201-2202-2203-2204-2205-2206-2207-2208-2209-2210-2211-2212-2213-2214-2215-2216-2217-2218-2219-2220-2221-2222-2223-2224-2225-2226-2227-2228-2229-2230-2231-2232-2233-2234-2235-2236-2237-2238-2239-2240-2241-2242-2243-2244-2245-2246-2247-2248-2249-2250-2251-2252-2253-2254-2255-2256-2257-2258-2259-2260-2261-2262-2263-2264-2265-2266-2267-2268-2269-2270-2271-2272-2273-2274-2275-2276-2277-2278-2279-2280-2281-2282-2283-2284-2285-2286-2287-2288-2289-2290-2291-2292-2293-2294-2295-2296-2297-2298-2299-2300-2301-2302-2303-2304-2305-2306-2307-2308-2309-2310-2311-2312-2313-2314-2315-2316-2317-2318-2319-2320-2321-2322-2323-2324-2325-2326-2327-2328-2329-2330-2331-2332-2333-2334-2335-2336-2337-2338-2339-2340-2341-2342-2343-2344-2345-2346-2347-2348-2349-2350-2351-2352-2353-2354-2355-2356-2357-2358-2359-2360-2361-2362-2363-2364-2365-2366-2367-2368-2369-2370-2371-2372-2373-2374-2375-2376-2377-2378-2379-2380-2381-2382-2383-2384-2385-2386-2387-2388-2389-2390-2391-2392-2393-2394-2395-2396-2397-2398-2399-2400-2401-2402-2403-2404-2405-2406-2407-2408-2409-2410-2411-2412-2413-2414-2415-2416-2417-2418-2419-2420-2421-2422-2423-2424-2425-2426-2427-2428-2429-2430-2431-2432-2433-2434-2435-2436-2437-2438-2439-2440-2441-2442-2443-2444-2445-2446-2447-2448-2449-2450-2451-2452-2453-2454-2455-2456-2457-2458-2459-2460-2461-2462-2463-2464-2465-2466-2467-2468-2469-2470-2471-2472-2473-2474-2475-2476-2477-2478-2479-2480-2481-2482-2483-2484-2485-2486-2487-2488-2489-2490-2491-2492-2493-2494-2495-2496-2497-2498-2499-2500-2501-2502-2503-2504-2505-2506-2507-2508-2509-2510-2511-2512-2513-2514-2515-2516-2517-2518-2519-2520-2521-2522-2523-2524-2525-2526-2527-2528-2529-2530-2531-2532-2533-2534-2535-2536-2537-2538-2539-2540-2541-2542-2543-2544-2545-2546-2547-2548-2549-2550-2551-2552-2553-2554-2555-2556-2557-2558-2559-2560-2561-2562-2563-2564-2565-2566-2567-2568-2569-2570-2571-2572-2573-2574-2575-2576-2577-2578-2579-2580-2581-2582-2583-2584-2585-2586-2587-2588-2589-2590-2591-2592-2593-2594-2595-2596-2597-2598-2599-2600-2601-2602-2603-2604-2605-2606-2607-2608-2609-2610-2611-2612-2613-2614-2615-2616-2617-2618-2619-2620-2621-2622-2623-2624-2625-2626-2627-2628-2629-2630-2631-2632-2633-2634-2635-2636-2637-2638-2639-2640-2641-2642-2643-2644-2645-2646-2647-2648-2649-2650-2651-2652-2653-2654-2655-2656-2657-2658-2659-2660-2661-2662-2663-2664-2665-2666-2667-2668-2669-2670-2671-2672-2673-2674-2675-2676-2677-2678-2679-2680-2681-2682-2683-2684-2685-2686-2687-2688-2689-2690-2691-2692-2693-2694-2695-2696-2697-2698-2699-2700-2701-2702-2703-2704-2705-2706-2707-2708-2709-2710-2711-2712-2713-2714-2715-2716-2717-2718-2719-2720-2721-2722-2723-2724-2725-2726-2727-2728-2729-2730-2731-2732-2733-2734-2735-2736-2737-2738-2739-2740-2741-2742-2743-2744-2745-2746-2747-2748-2749-2750-2751-2752-2753-2754-2755-2756-2757-2758-2759-2760-2761-2762-2763-2764-2765-2766-2767-2768-2769-2770-2771-2772-2773-2774-2775-2776-2777-2778-2779-2780-2781-2782-2783-2784-2785-2786-2787-2788-2789-2790-2791-2792-2793-2794-2795-2796-2797-2798-2799-2800-2801-2802-2803-2804-2805-2806-2807-2808-2809-2810-2811-2812-2813-2814-2815-2816-2817-2

Atendimento ao Cliente: FRECISA 0800 083 0196 www.santag.com.br

Conta referençada	Apresentação	Data prevista de proxima liquidação	CPF/CNPJ RCM
Dez/2009	24/12/2012	23/01/2010	003.000.004-00

UC (Unidade Consumidora) 5.1337962-1

Central de controle

Antígeno	Atenuado	Constante	Consumido	Dosis
Salmonella typhi	002 200/01	10729 10/04	2	30

Demographics						
ID	Demographic	Year of Birth	Year of Death	Age at Death	Survival Time (Years)	Survival Status
001	Female	1920	1980	60	60	1
002	Male	1925	1985	60	60	1
003	Female	1930	1990	60	60	1
004	Male	1935	1995	60	60	1
005	Female	1940	2000	60	60	1
006	Male	1945	2005	60	60	1
007	Female	1950	2010	60	60	1
008	Male	1955	2015	60	60	1
009	Female	1960	2020	60	60	1
010	Male	1965	2025	60	60	1
011	Female	1970	2030	60	60	1
012	Male	1975	2035	60	60	1
013	Female	1980	2040	60	60	1
014	Male	1985	2045	60	60	1
015	Female	1990	2050	60	60	1
016	Male	1995	2055	60	60	1
017	Female	2000	2060	60	60	1
018	Male	2005	2065	60	60	1
019	Female	2010	2070	60	60	1
020	Male	2015	2075	60	60	1

[illegible]

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
03/01/2020	R\$ 41,93

[illegible]

RESERVAÇÃO AD FISCAL
h708.f012.537b c141.83a2.247U.2esc 15er

Indicadores de Qualidade			Designação do Critério	
	Índice de Aderência	Apostado	Descrição	Valor (R\$)
Qualidade do Serviço	95	1,00	Atendimento ao Cliente	200
Tempo de Entrega	90	0,90	Entrega no prazo	150
Custo do Serviço	85	0,85	Custo unitário	100
Satisfação do Cliente	80	0,80	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	75	0,75	Qualidade do produto	250
Tempo de Produção	70	0,70	Tempo de produção	100
Custo de Produção	65	0,65	Custo de produção	150
Satisfação do Fornecedor	60	0,60	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	55	0,55	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	50	0,50	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	45	0,45	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	40	0,40	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	35	0,35	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	30	0,30	Tempo de produção	50
Custo de Produção	25	0,25	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	20	0,20	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	15	0,15	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	10	0,10	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	5	0,05	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	Custo de montagem	50
Satisfação do Cliente	0	0,00	Satisfação do cliente	50
Qualidade do Produto	0	0,00	Qualidade do produto	100
Tempo de Produção	0	0,00	Tempo de produção	50
Custo de Produção	0	0,00	Custo de produção	50
Satisfação do Fornecedor	0	0,00	Satisfação do fornecedor	50
Qualidade do Material	0	0,00	Qualidade do material	100
Tempo de Montagem	0	0,00	Tempo de montagem	50
Custo de Montagem	0	0,00	C	

ATENÇÃO





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENTO

Fórum "Gov. João Agripino Filho", Rua Praça Álvaro Dias, 65, Centro, São Bento-PB, cep 58.865-000 Tel.: (83) 3444-1225

E-mail: sbe-vuni@tjpb.jus.br

NÚMERO DO PROCESSO: 0801802-21.2019.8.15.0881

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) / ASSUNTO: [Seguro]

PROMOVENTE: LOURIVAL FILHO DINIZ

PROMOVIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

I – RELATÓRIO

Trata-se de ação de cobrança de indenização de seguro obrigatório de trânsito- dpvat ajuizada por LOURIVAL FILHO DINIZ em desfavor de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A.

Em sua petição inicial, a parte promovente indicou o número do requerimento administrativo (Sinistro n. 3170072023), em que consta não ter sido o pedido atendido em razão de estar pendente entrega de documentação pelo requerente (ID 27226877).

No primeiro despacho proferido nos autos, determinou-se a intimação da parte autora para fazer prova do seu endereço, em atenção ao princípio do juiz natural, sob pena de indeferimento da inicial.

Em resposta, a parte autora juntou comprovante de residência da cidade de São Bento-PB.

Os autos vieram conclusos.

É o que importa relatar. **Decido.**

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre registrar que, segundo o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, em ações de cobrança do seguro DPVAT, deve o autor justificar a provocação do Poder Judiciário, demonstrando a existência de pretensão resistida, esta consubstanciada na prova do prévio requerimento administrativo. No mesmo sentido é a jurisprudência predominante neste Tribunal de Justiça da Paraíba.



Tal como relatado, não há que se falar em negativa de pagamento administrativo ou mesmo demora injustificada em seu atendimento quando a própria parte autora/requerente não apresentou a documentação mínima necessária à análise administrativa de seu pedido, o qual se encontra indeferido em razão da não apresentação da documentação necessária (conforme consulta realizada por esta magistrada, nesta data).

Ora, no meu entender, não ficou demonstrada a existência de pretensão resistida, de forma que carece à parte autora o interesse processual.

Registre-se que não é o caso de exigência de exaurimento da via administrativa, mas sim da obrigação de a parte autora demonstrar a negativa ou a demora injustificada na apreciação do pedido administrativo, o que não ocorre quando tal pleito depende apenas de sua própria inatividade.

III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, ante a inexistência de interesse processual, com fundamento no art. 485, inciso VI, do CPC/2015.

Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais (art. 82, CPC), ficando suspenso o pagamento nos termos do artigo 98, §3º, do CPC, ante a gratuidade judiciária que ora defiro para os atos praticados até a presente sentença e os atos nela previstos.

Sentença publicada e registrada eletronicamente.

Intime-se tão somente a parte autora, via advogado.

Certificado o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe e sem prejuízo de ulterior desarquivamento a requerimento das partes.

Antes, contudo, defiro eventuais requerimentos de habilitação e intimação exclusivas.

Expedientes necessários.

Cumpra-se, com atenção.

São Bento/PB, data do protocolo eletrônico.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, Lei nº 11.419/2006]

JANETE OLIVEIRA FERREIRA RANGEL

Juíza de Direito em substituição





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE SÃO BENTO
Fórum Gov. João Agripino Filho
Rua Álvaro Silva, 65, Centro, São Bento-PB
CEP 58.865-000 Tel.: (83) 3444-1225

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[Seguro]

Processo nº 0801802-21.2019.8.15.0881

AUTOR: LOURIVAL FILHO DINIZ

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Vara Única, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) LOURIVAL FILHO DINIZ, por seu representante legal, devidamente INTIMADO(A)(S) da sentença de ID. 30460082.

O referido é verdade e dou fé.

São Bento-PB, 11 de maio de 2020.

JAMILLY BELIZA BEZERRA FERNANDES
Técnica Judiciária



SEGUE EM ANEXO A PETIÇÃO RECURSAL;



**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA VARA ÚNICA
DA COMARCA DE SÃO BENTO-PARAÍBA.**

AUTOS Nº: **0801802-21.2019.8.15.0881**

LOURIVAL FILHO DINIZ, brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF nº 062.966.264-95, e RG nº 202860-7 – SSP/PB, domiciliado na Rua Francisco Felipe Dutra, s/n, Bairro Boa Esperança, CEP: 58865-000, cidade de São Bento-Paraíba, por seu advogado e bastante procurador que esta subscreve, instrumento procuratório anexo, com escritório profissional situado na Rua Antônio Cesário da Silva, nº 50, centro, São Bento-PB e endereço Eletrônico (e-mail: rogacianoadvsb@gmail.com) , onde deverá receber todas as intimações e/ou notificações decorrentes do presente feito, vem mui respeitosamente, nos autos em que contendem com a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, , com pessoa jurídica de direito privado, previsão no **artigo 1009 e seguintes da lei 13105/15**, à presença de Vossa Excelência apresentar

APELAÇÃO

Pelos motivos que seguem anexos, requerendo, para tanto, a posterior remessa ao Egrégio Tribunal competente.

Nesses Termos,
Pede Deferimento.

São Bento, 09 de junho de 2020.

Rogaciano Araújo Da Costa
Advogado
OAB/PB 17323

Delany Araújo Da Costa
Advogada
OAB/PB 16512



EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

ORIGEM: **VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENTO**

Apelante: **LOURIVAL FILHO DINIZ**

Apelado: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
DPVAT S/A**

LOURIVAL FILHO DINIZ, brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF nº 062.966.264-95, e RG nº 202860-7 – SSP/PB, domiciliado na Rua Francisco Felipe Dutra, s/n, Bairro Boa Esperança, CEP: 58865-000, cidade de São Bento-Paraíba, por seu advogado e bastante procurador que esta subscreve, instrumento procuratório anexo, com escritório profissional situado na Rua Antônio Cesário da Silva, nº 50, centro, São Bento-PB e endereço Eletrônico (e-mail: rogacianoadvsb@gmail.com) , onde deverá receber todas as intimações e/ou notificações decorrentes do presente feito, vem mui respeitosamente, nos autos em que contendem com a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, , com pessoa jurídica de direito privado, previsão no **artigo 1009 e seguintes da lei 13105/15**, à presença de Vossa Excelência apresentar

RAZÕES DE APELAÇÃO

Pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos.

Colenda Corte,

Eméritos julgadores



DA SENTENÇA RECORRIDA

Insurge-se a apelante contra a r. sentença de ID Nº 30460082, que **extinguiu** a presente ação de cobrança, sem resolução de mérito (artigo 485, VI, NCPC).

SENTENÇA

I – RELATÓRIO

Trata-se de ação de cobrança de indenização de seguro obrigatório de trânsito- dpvat ajuizada por LOURIVAL FILHO DINIZ em desfavor de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A.

Em sua petição inicial, a parte promovente indicou o número do requerimento administrativo (Sinistro n. 3170072023), em que consta não ter sido o pedido atendido em razão de estar pendente entrega de documentação pelo requerente (ID 27226877).

(...)

III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, ante a inexistência de interesse processual, com fundamento no art. 485, inciso VI, do CPC/2015.

Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais (art. 82, CPC), ficando suspenso o pagamento nos termos do artigo 98, §3º, do CPC, ante a gratuidade judiciária que ora defiro para os atos praticados até a presente sentença e os atos nela previstos.

Sentença publicada e registrada eletronicamente.

Intime-se tão somente a parte autora, via advogado.

Certificado o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe e sem prejuízo de ulterior desarquivamento a requerimento das partes.

Antes, contudo, defiro eventuais requerimentos de habilitação e intimação exclusivas.

Expedientes necessários.



Cumpra-se, com atenção.

São Bento/PB, data do protocolo eletrônico.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, Lei nº 11.419/2006]

JANETE OLIVEIRA FERREIRA RANGEL

Juíza de Direito em substituição

ID Nº 30460082 “grifo nosso”

Dessa forma, não houve à condenação almejada em favor do promovente da ação, o que se torna medida de recurso pelo apelante, para que a apelada não prejudique quem tente ingressar pela via correta na administração pública.

PRELIMINARMENTE:

DA TEMPESTIVIDADE

Os apelantes foram intimados da decisão em 21/05/2020, encerrando-se o prazo para apelar em 11/06/2020, ou seja, quinze dias normais para manifestação.

Assim, obedecido o prazo para apelação, deverão estas ser devidamente conhecidas e, em decorrência de seus termos, providas, determinando pela reforma do r. decisão de 1ª instância.

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Requer os benefícios da Justiça Gratuita, conforme determina o **art. 4º da Lei nº 1.060/50**, tendo em vista que o autora não pode arcar com as custas processuais e honorários advocatícios.



DOS FATOS

A r. sentença prolatada pelo julgador monocrático de primeiro grau deverá ser reformada, pois não se coaduna com as provas dos autos, tampouco com a legislação vigente.

Com efeito, entendeu a digníssima julgadora de primeira instância pela falta de demonstração da liquidez e certeza, motivo pelo qual não concedeu o direito.

O requerente foi vítima de um grave acidente de trânsito, ocorrido em 31/07/2016, por volta das 16: 00 horas, quando nas proximidades da entrada de São José da Lagoa Tapada-PB, em uma estrada de terra a motocicleta derrapou e assim, ocorreu o sinistro, ocorreu que o mesmo resistiu aos ferimentos, mas por esse motivo obteve várias sequelas irreversíveis vindo a provocar a impossibilidade laborativa, conforme atestado médico em anexo, onde aponta que o evento fora causado por **CID. 10 S04.9 – Traumatismo Crânio Encefálico**, com complicação decorrente do acidente automobilístico.

Acredita-se que o agora pleiteante desse direito estar irrefutavelmente amparado por tal premissa, mas a seguradora não tendo nenhum respeito pelo cidadão insistiu em não pagar alegando que o seguro só foi pago após o acidente, conforme carta em anexo e **sinistro 3170072023 ASL-0043861/17**, em que alegam os fatos narrados.

Acontece que, a via administrativa restou infrutífera, pois foram apresentados por mais de 3(três) vezes a documentação que a empresa apelada requeria administrativamente.

Não houve qualquer dificuldade em apresentar tudo que era pedido pela seguradora, mas “nada” satisfazia a “obscuridade” da mesma, que como “vício” de toda repartição tem como norma principal dificultar o acesso de quem necessita.



Pedindo vênia a Magistrada que proferiu a sentença, mas ficou claro a resistência por parte da seguradora em alegar que a documentação estava inconclusiva, pois a documentação estava legível e representada por procurador do autor. Da mesma forma, que foi apresentado endereço neste município.

Nesse sentido não restou saída, se não a justiça, devendo lembrar sempre do caráter social que é a demanda dos seguros DPVAT, mas a demanda foi extinta sem resolução do mérito.

DO DIREITO

Eminentes Desembargadores, para análise cordial e límpida do direito que cotidianamente abarrotam seus gabinetes, suplico a reanálise da justiça a um apelante que necessita ter seu direito reconhecido.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

"Art. 2º – Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea "I" nestes termos:

Art. 20, I – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas não transportadas ou não.

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização



proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se **a invalidez permanente como total** ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

Assim, resta claro que o requerente deve ser indenizado pelo seguro, como medida de direito, visto que a demandada está agindo de má fé em não reconhecer o direito pleiteado desde o procedimento administrativo, como tentativa de promover a desistência do suplicante.

Neste sentido, vejamos nossa Jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)- Interposição contra a sentença que julgou procedente ação de cobrança de seguro DPVAT. Preliminares de substituição de parte e carência de ação afastadas. Falta de pagamento do prêmio do seguro DPVAT. Aplicação da Súmula nº 257 do E. Superior Tribunal de Justiça. **Caracterizada a invalidez total do autor. Sentença parcialmente reformada.** TJSP – (Apelação: APL 40761120108260457 SP 0004076-11.2010.8.26.0457)

Ementa: **APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE** POSSIBILIDADE INVALIDEZ CONSTATADA PELO LAUDO DO IML E QUANDO DO PAGAMENTO PARCIAL VALOR TOTAL DEVIDO DE R\$ 13.500,00 CONFORME DISPOSIÇÃO DA LEI 11.482 /07, DESCONTADO O VALOR PAGO ADMINISTRATIVAMENTE RECURSO DESPROVIDO. TJPR: 9013901 PR 901390-1 (Acórdão)

No mesmo entendimento jurisprudencial seguei:

COBRANÇA - INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO - (DPVAT)- I) O PEDIDO DE FIXAÇÃO DE 50% DO VALOR INDENIZATÓRIO - PERDA DE UM PÉ - INVALIDEZ PERMANENTE - CCB, ART. 476 - INAPLICABILIDADE - II) DESNECESSIDADE DE O AUTOR ESGOTAR A VIA ADMINISTRATIVA ANTES DE BUSCAR O PODER JUDICIÁRIO. III) INDENIZAÇÃO EM QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES NA ÉPOCA DO ACIDENTE - LEI 6.194/74, ART. 3º, ALÍNEA B. IV) IMPOSSIBILIDADE DA PRETENDIDA SUPREMACIA DAS RESOLUÇÕES DO CNSP E DA SUSEP



SOBRA A LEI 6.194/74 - VALIDADE DO PARÂMETRO ADOTADO PELA LEI 6.194/74 AO ESTABELECEER INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE EM ATÉ 40 VEZES O SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE - NAO VIOLAÇÃO DO ART. 7º, INC. IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, TAMPOUCO ÀS LEIS 6.205/77 E 6.423/77. **V) DIANTE DA INEXISTÊNCIA DE PEDIDO DE PAGAMENTO ADMINISTRATIVO E PAGAMENTO INCOMPLETO, A CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDE A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO E OS JUROS DE MORA FLUEM DA CITAÇÃO.RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE.**"(Apelação Cível nº 352.853-0, Relator Desembargador Eugênio Achille Grandinetti - 31/8/2006 - Nona Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná)

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)



Agora é muito importante demonstrar o grande equívoco propositual que as demandadas cometeram, pois como é visto na **súmula 257 do STJ**:

A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

Nesse sentido seguem vários julgados de diversos tribunais, como denota-se a seguir:

DPVAT - Indenização - Súmula nº 257 do STJ Ação de cobrança. Seguro obrigatório (DPVAT). Falta de pagamento do prêmio. Sinistro ocorrido antes da vigência da Lei nº 8.441/92. Vítima proprietária do veículo. Indenização. Possibilidade.

'A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.' Verbete nº 257 da Súmula do STJ.

A indenização devida a pessoa vitimada, decorrente do chamado Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), pode ser cobrada mesmo tendo ocorrido o acidente previamente à modificação da Lei nº 6.194/74, pela Lei nº 8.441/92 e antes da formação do consórcio de seguradoras. Precedentes.

O fato de a vítima ser o dono do veículo não inviabiliza o pagamento da indenização.

Recurso conhecido e provido. **(6ª Turma Recursal Cível de Belo Horizonte- Rec. nº 024.05.586189-2 - Rel. Juíza Flávia Birchal de Moura). Boletim nº 82**

SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS - PRÊMIO PAGO COM ATRASO - PAGAMENTO ACEITO, SEM QUALQUER RESSALVA - POSTERIOR MORTE DA SEGURADA - INDENIZAÇÃO DEVIDA - ARTS. 937, 939, 940 E 1.432, CC - RECURSO ACOLHIDO - Assentado pelas instâncias ordinárias que as seguradoras receberam o pagamento do prêmio efetuado com atraso, conferindo regular quitação, sem qualquer ressalva, por intermédio de instituição financeira a tanto autorizada, não é de ser acolhida, ante a superveniência do evento morte objeto da cobertura securitária, a alegação de exceptio non



adimpleti contractus fundada na falta de cumprimento, no tempo devido, da obrigação assumida pela segurada. (STJ - REsp 36.022-6 - SP - 4ª T. - Rel. Min. Sálvio de Figueiredo -DJU 12.06.95)

Continuando no mesmo entendimento, segui:

Cobrança. Seguro DPVAT. DUT. Vinculação. Salário mínimo. Retroatividade. Não **é obrigatória a apresentação do DUT para o recebimento de seguro obrigatório.** O valor máximo a ser pago pelas seguradoras por esta indenização é de 40 (quarenta) salários mínimos conforme a Lei n. 6.194/74. A fixação do valor em salário mínimo, consoante critério legal específico, não é incompatível com a legislação que veda o uso daquele salário como fator de correção monetária. Resolução que regulamenta o pagamento do seguro obrigatório não pode dispor em contrário ao estabelecido em lei. (TJRO - Apelação Cível - Rito Sumário: AC 10000120030181886 RO 100.001.2003.018188-6

No mesmo sentido, o Código Civil dispõe:

Art. 389. Não cumprida a obrigação, **responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.**

Portanto, trata-se de necessária indenização proporcional ao dano sofrido pelo Autor, conforme precedentes sobre o tema:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PROPORCIONALIDADE. 1- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez permanente parcial, deve ser fixada em valor proporcional ao grau do dano sofrido pela vítima do acidente automobilístico. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJ-GO - AC: 04574988420088090065, Relator: DR (A). SEBASTIAO LUIZ FLEURY, Data de Julgamento: 22/09/2016, 4A CÂMARA CIVEL, Data de Publicação: DJ 2124 de 04/10/2016)



Trata-se da necessária aplicação da lei, uma vez que demonstrado o compromisso firmado pelo contrato e a ocorrência do descumprimento, outra solução não resta se não o imediato pagamento do débito, conforme amplamente protegido pelos tribunais.

Desse modo, recorreremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa e reconhecimento de um direito tolhido de forma sorrateira e utilizando-se da má fé para com seus contribuintes.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

Acolher as PRELIMINARES suscitadas;

Reconhecimento da tempestividade;

Conceder os benefícios da **justiça gratuita de acordo com a lei 1060/50**, vez que se declara pobre no sentido jurídico do termo;

Isto posto, que certamente será suprido pelo notório saber jurídico de Vossas Excelências, requer o recebimento e processamento das presentes razões recursais, a fim de conhecer o apelo e dar-lhe provimento no sentido de modificar a r. decisão monocrática de primeiro grau, concedendo o direito de acesso a justiça, para que o apelante possa transcorrer pelo devido processo de conhecimento, por ser está a medida que mais se coaduna com o direito e a **JUSTIÇA!**

Nestes Termos,
Pede e Espera deferimento.



São Bento, 09 de junho de 2020.

Rogaciano Araújo da Costa

Advogado

OAB/PB 17323



PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTES: LOURIVAL FILHO DINIZ, brasileiro, casado, agricultor, portado do RG nº 2028607 expedido pelo SSP-PB e CPF nº 062.966.264-95, residente e domiciliado na Rua Francisco Felipe Dutra, s/n, bairro Boa Esperança do município de São Bento-PB, CEP: 58.865-000.

OUTORGADOS: Rogaciano Araújo Da Costa, brasileiro, advogado, devidamente inscrito na OAB/PB sob o nº 17323, Delany Araújo Da Costa inscrita na OAB/PB 16512, com endereço para intimações Avenida Rua Pedro Pereira De Alcantara, S/N/escritório, centro, São Bento-PB.

PODERES: A quem confiro poderes, para o foro geral, com a cláusula "ad judicia", a fim de que possa defender os interesses e direitos dos outorgantes perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que a outorgante seja autora ou reclamante, defendendo-a quando for réu, interessado ou testemunha, podendo reclamar, conciliar, recorrer, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, receber e dar quitação, confessar, firmar compromissos e **assinar declaração de hipossuficiência econômica**, receber citação e intimação, bem como comparecer em qualquer dos atos relativos aos processos, e em especial, **PROPOR AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, inclusive substabelecer a presente, com ou sem reservas de poderes, so assim lhe convier praticando todos os atos necessário para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso. **Em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC.**

São Bento, 21 de junho de 2017.

LOURIVAL FILHO DINIZ

Outorgante

CPF nº: 062.966.264-95



DECLARAÇÃO DE POBREZA PARA FINS JUDICIAIS

Eu **LOURIVAL FILHO DINIZ**, brasileiro, casado, agricultor, portador da RG nº 2028607 expedido pelo SSP-PB e CPF nº 062.966.264-95, residente e domiciliado na Rua Francisco Felipe Dutra, s/n, bairro Boa Esperança, CEP: 58865-000 do município de São Bento-PB, **DECLARO**, nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 e da Lei nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950, para os devidos fins do direito, que sou pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo de condições econômicas para arcar com as custas judiciais, sem sacrifício do sustento meu e de minha família, requerendo, consequentemente, todos os benefícios da **GRATUIDADE DE JUSTIÇA** e, assino a presente Declaração em manifestação da sua concordância com o patrocínio da causa sem quaisquer ônus à este declarante.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

São Bento, 21 de junho de 2017.

LOURIVAL FILHO DINIZ





BOLÉTIM DE OCORRÊNCIA Nº 010/2016

Versando sobre: Acidente de Trânsito

Data e hora do fato: 31/07/2016, às 16h00min.

Local do ocorrido: **, São José da Lagoa Tapada/ PB.

Data e hora em que a delegacia tomou conhecimento: 25/08/2016, às 14h 20min

COMUNICANTE: LOURIVAL FILHO DINIZ, alcunha **, Filiação: Lourival Gabriel Diniz e Francisca filha da Conceição; Profissão: agricultor; Estado Civil: casado; Naturalidade: São José da Lagoa Tapada - PB; Nacionalidade: brasileira; Cor: branca; Data de Nascimento: 10.06.1962; Endereço Residencial: São Caetano, São José da Lagoa Tapada - PB; Endereço Profissional: **, Telefone: **, Portador da CI/RG nº: 2028697 - SSP/PB, Título Eleitoral **, CPF 062.966.264-95.

VITIMAS: o comunicante.

HISTÓRICO: QUE no dia 31.07.2016, por volta de 16h, estava trafegando nas proximidades da entrada da cidade de São José da Lagoa Tapada, guiando a motocicleta de sua Neta CYNTHIA RAYANE LUCIO DE OLIVEIRA, uma MOTOCICLETA NXR 160 BROS ESO 2015/2015, PLACA OFC 8213/PB, COR BRANCA, quando sofreu um acidente derrapando numa estrada de terra, vindo a cair e ficar com várias escoriações pelo corpo e um traumatismo no maxilar em decorrência da queda; QUE deseja certidão para fins de DPVAT. Orienta ser conhecido (a) das sanções civis, administrativas e criminais a que estará sujeito, caso o quanto aqui declarei não seja estritamente a verdade.

SOLUSA - PB, 25 de agosto de 2016.

AUTORIDADE POLICIAL: Del. Pol. FRANCISCO ARRANTES MOREIRA

COMUNICANTE:

ESCRIVÃO:

[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita] 363.559-7



PACIENTE: **LOURIVAL FILHO DINIZ**

Nº: **77369**

REQUISITANTE:

DATA: **31/07/2016**

TOMOGRÁFIA COMPUTADORIZADA HELICOIDAL DE CRÂNIO

TÉCNICA:

Exame realizado no plano axial, com cortes de 4,0mm de espessura na fossa posterior, e 6,0mm de espessura na região supratentorial, sem utilização do produto de contraste endovenoso, por solicitação do médico assistente.

RELATÓRIO:

1. Parênquima encefálico apresenta morfologia e coeficiente de atenuação normal.
2. Aspecto anômico dos sulcos entre os giros corticais, fissuras Sylvianas e cisternas da base.
3. Sistema ventricular apresenta morfologia, dimensões e coeficiente de atenuação normais.
4. Ausência de coleções extra-axiais.
5. Não há evidência de desvio da linha média.
6. Ausência de calcificações patológicas.
7. Material com atenuação de líquido espesso em partes moles preenchendo parcialmente os seios maxilares e células etmoidais.
8. Aumento de partes moles na região frontotemporo-parietal esquerda, periorbitária e malar à esquerda, com edema subcutâneo regional. Nota-se imagens amórfas, hiperatenuantes, junto à pele regional, sugestivas de artefatos.
9. Descontinuidade da cortical óssea temporal esquerda, asa do esfenoide à esquerda, e paredes do seio maxilar esquerdo.

Conclusão:

- Edema/hematoma subgaleal frontotemporo-parietal esquerdo, e edema de partes moles periorbitária e malar à esquerda.
- Fratura temporal, asa do esfenoide e paredes do seio maxilar à esquerda.
- Hemossinus.

SOUZA-PR, 31 de julho de 2016

Dr(a): **MARCELO CARTAXO NEVES**
Médico(a) Radiologista
CRM Nº 6069

Obs.: As informações contidas neste relatório, representam a interpretação diagnóstica e a análise da interpretação realizada pelo médico radiologista do estabelecimento. Este não é um documento médico e não deve ser utilizado para fins legais. A responsabilidade pela interpretação dos exames pertence ao médico solicitante e ao médico assistente. Este documento não deve ser utilizado para fins legais e não deve ser utilizado para fins de identificação dos exames para os efeitos de acordo com a História Clínica e o exame físico do paciente.



Centro de Imagem Dr. Péricles Neves - R. Castello Vargas, 21 Centro - Soure/PR - Fone: 83 3522.2766 - periclesneves@centroimagem.com.br
Dr. José Roberto Rodrigues Neves - Diretor Médico do Colégio Brasileiro de Radiologia nº 2917 - CREA 7938 PR
Dr. Marcelo Cartaxo Neves - CREA 6069 PR

Tel: 83 3522.1900





240

Journal of the During

Д.С.А.В.А.С.А.С.А.

De daro dona todos os fms,
que o primeiro pupilo este
atraso neste curso vultu
te aud. de摩托, aprofund
auto GCE + prof. 2.º ano
hã (E) C. G. 1.208/11

Rua Delmiro Gouveia, 443 / Ocoaiú / Campina Grande / Paraíba
CEP 58128-016 / Fone: (83) 2102-0101 / www.hai.com.br





Rio de Janeiro, 06 de Fevereiro de 2017

Carta nº: 10467985

A/C: LOURIVAL FILHO DINIZ

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170072023 ASL-0043861/17
Vítima: LOURIVAL FILHO DINIZ
Data Acidente: 31/07/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador: VALDIR PEREIRA DA SILVA

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em 26/01/2017 a documentação relativa ao acidente ocorrido em 31/07/2016. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Autorização de pagamento não conclusivo
- Comprovante de residência não conclusivo
- Declaração de inexistência do IML não conclusivo

Esclarecemos que o prazo de regularização do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO** onde o aviso do sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT!

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 072 12 04 ou através do nosso site www.dpvatseguradotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT





Seguradora Líder - DPVAT

LEONIVAL FILIPIO DINIZ
RTO CAATINGA, SAN ZONA RURAL
TAPADA
CEP 58515-000 - RAO JOSÉ DA LAGOA TAPADA - PB



JS-556065455BR

Salda = www.dpvatseguradoranalta.com.br

Concluir a inscrição de Seguro DPVAT é simples: basta juntar os documentos necessários e entregá-los em uma seguradora consorciada, que, após conferir a sua regularidade, os encaminhará à Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S.A.
Antes de tudo, lembre-se: esta é uma etapa no processo de indenização ou ressarcimento. Portanto, não é preciso cancelar o seguro imediatamente. Se você é o principal interessado na indenização, não se preocupe.

DPVAT - Como Requerer

Seguradora Líder - DPVAT





DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, VALDIR PEREIRA DA SILVA, portador da carteira de identidade nº 243.0255 e inscrito no CPF/ME sob o nº 042451344-86, residente e domiciliado na SITIO CAATINGA, zona rural, Cidade SÃO JOSE DA LAGOA, Estado PARAIBA, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 5.194/74), uma vez que:

☒ Não há estabelecimento do IML no Município da minha residência ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora L'Or DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 5.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Valdir Pereira da Silva

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

SÃO RAMO, 16 DE SETEMBRO DE 2016.

Local e data





GRUPO PRETENCIDO PELA SEGURADORA

☐ KALDIRI PEREIRA DA SILVA

EXPENSE FOR 55PFB

EN 02:02:000

(CNP) □□□□□□□□□□□□□□□□□□□□□□

REF 5580 06 NOV 63

OPINA: A FETIAR O CRÉDITO, DE ACOR XI COM AS INTERMEDIÇÕES ABAIXO PRESTADAS

Num. 31415840 - Pág. 3

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, VALDIR PEREIRA DA SILVA

RG nº 2130255, data de expedição 02/02/2000, Órgão SSP-PB,

CPF nº 04215134486, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguido, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>SITIO CAATINGA</u>
Número	
Apto / Complemento	
Bairro	<u>ARCA RURAL</u>
Cidade	<u>SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA</u>
Estado	<u>PARANÁ</u>
CEP	<u>58815-000</u>
Telefone de Contato	<u>(83) 99538661</u>
E-mail	<u>ROGACIANOADVS@GMAIL.COM</u>

Por ser verdade, firmo-me,

Local e data: SÃO DENTÃO 16 DE SETEMBRO DE 2016.

Assinatura do Declarante: Valdir Pereira da Silva



*Veuillez noter que les données de la table 1 sont des données
 de la base de données de la base de données de la base de données

Canal de crédito

Data provided by
primary source

3HAGN2018

[illegible]

Historico da Comunidade
(seu/s)

Month	Number of cases
Jan 10	5
Feb 10	4
Mar 10	6
Apr 10	8
May 10	9
Jun 10	12
Jul 10	17
Aug 10	21
Sep 10	25
Oct 10	28
Nov 10	30
Dec 10	32

	2013-2014 (USD)	2014-2015	2015-2016
2013	0.30	0.30	0.31
2014	0.30	0.30	0.31
2015	0.30	0.30	0.31

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

02/09/2016

RS 13.22

cc54.57df.935f.042a.0824.GmM: 077a.290d

Indicaciones de Calidad, 1994-1995, p. 10.

[illegible]

ATTENTION



Declaração do Proprietário do Veículo

Eu CYNTHIA RAYANE LUCIO DE OLIVEIRA
RG nº 003.343.102 data de expedição 14/01/2012,
Orgão SSP/RN, portador do CPF nº 116.699.404-93, com
domicílio na cidade de SÃO BENTO, no Estado de
PARNABÁ, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Rua Lúcio de Araújo nº 237,
complemento Bom Pastor, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é/era de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima Lourenço Filho Diniz, cujo o condutor era
Lourenço Filho Diniz.

Veículo: Moto
Modelo: Honda NXR 160 Bros ES
Ano: 2015
Placa: OFB 82131 PB
Chassi: 9C2K00800FR01215
Data de Adicção: 31-07-2016
Local e Data:

Artur Raymundo Lucio de Oliveira
Assinatura do Declarante

Assinatura do Conduto: (caso seja um terceiro que não a vítima recamante do sinistro)



Salonera Cavalcante
Escrivante
Cantôrio Milton Lúcio

São Bento-Catálogo Único Registro Imóveis e Notas
Mestre Lúcio da Silva Santos
Tribunal Público de Moçambique
Oficial de Proteção e Defesa
Registro de Imóveis e Pessoas Jurídicas
São Bento-496 - Fone: 83-3444 2523



DECLARAÇÃO

Circular Susep nº 445/12 – Prevenção à Lavagem de Dinheiro

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações e documentos requisitados neste formulário não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu VALDIR PEREIRA DA SILVA, portador(a) do

RG nº 7430855, expedido por SSP PB, em

02/10/2002 CPF/CNPJ nº 042151344-86,

na qualidade de procurador(a)/intermediário(a) do beneficiário (a) LOUNIVAL

FERREIRA DINIZ do sinistro de DPVAT da natureza INVALIDIZ

da vítima LOUNIVAL FERREIRA DINIZ, e conforme

determinação da Circular SUSEP nº 445/12, declaro as informações solicitadas:

Profissão: AGRICULTOR Renda Mensal: R\$ 500,00

Documentos comprobatórios: RG, CPF, COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA
PROCURAÇÃO

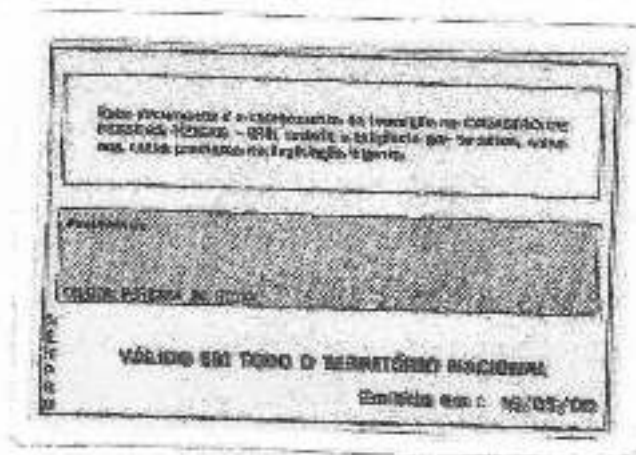
Valdir Pereira da Silva

ASSINATURA – PROCURADOR / INTERMEDIÁRIO











ML**MILTON LÚCIO DA SILVA SERVIÇO NOTARIAL**

CNPJ/MF 08.560.633/0001-66

São Bento - PB - OFÍCIO ÚNICO - Serventia Extrajudicial

MARTON LÚCIO DA SILVA SANTOS


Tabelião e Registrador

JOSI CARLA LÚCIO DINIZ

Substituto

ESCRITURAS, PROCURAÇÕES, PROMISSAS, REGISTRO DE IMÓVEIS, REGISTRO DE TÍTULOS E COMPROVANTES, REGISTRO DE PESSOAS FÍSICAS, AUTENTICAÇÕES, RECONHECIMENTO DE FIRMAS, ETC...

TRASLADO DE PROCURAÇÃO PÚBLICA bastante que faz: LOURIVAL FILHO DINIZ.

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração virem que aos 15 dias 15 do mês de setembro do ano de 2016, nesta cidade de São Bento, Estado da Paraíba, neste cartório, perante mim Escrevente compareceu como **OUTORGANTE** LOURIVAL FILHO DINIZ, brasileiro, casado, agricultor, residente no Sítio Castiça, s/nº., Área Rural, São José da Lagoa Tapada-73, portador da Cédula de Identidade RG. nº. 2.028.607-882-PB e, CPF nº. 062.966.264-95, reconhecido como o próprio por mim Escrevente pelos documentos originais a mim apresentados, bem como a capacidade para o ato pelas respostas às perguntas que lhe fiz, do que dou fé. Pelo outorgante me foi dito que, por este público instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui seu bastante **PROCURADOR** VALDIR FERREIRA DA SILVA, brasileiro, solteiro, maior, agricultor, residente à Rua José Cândido do Nascimento, nº. 507, São Bernardo, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG. nº. 2.730.235-882-PB e, CPF nº. 042.731.244-86, a quem concede **PODERES** representar o outorgante junto a qualquer SEGURADORA DO PAÍS, e/ou quaisquer outras repartições competentes, onde com esta se apresentar neste País, requerer e receber seguro DPVAT e ainda quaisquer outras vantagens que faz jus ao outorgante, proveniente de acidente automobilístico ocorrido com o outorgante acima citado, podendo para tanto dito procurador assinar e preencher requerimentos, formulários, assinar e sacar cheques, visitar e passar recibos, dar quitação, concordar, discordar, transigir, desistir, assinar todo e qualquer documento que exigir a presença e/ou intervenção do outorgante, receber quantias, endossar cheques, representá-lo, inclusive poderes para retirar ordem de pagamento da agência bancária onde for transferido quantia referente ao pagamento de seguro DPVAT, e ainda, assinar autorização de pagamento/crédito de indenização de sinistro, representá-lo em qualquer instituição de crédito, podendo fazer depósito de qualquer cheque nominal ao outorgante, ou outra qualquer do procurador acima, enfim praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho do presente mandato e poderes mesmo que aqui não expressamente nomeados, inclusive substabelecer... E como assim o disse do que dou fé, lavrei este instrumento que, sendo-lhe lido em voz alta, outorga, aceita e assina. **AA: SAIONARA CAVALCANTE**, a cargo pelo outorgante, **IANA DOS SANTOS SOUZA**, minha conhecida e residente nesta cidade, **SA SAIONARA CAVALCANTE**, Escrevente, subscreve  e assino em público e lido com sinal que cou. Em testemunho da verdade. Dou fé. São Bento, 15 de setembro de 2016. Está conforme o original. Traslada da hoje.

Rua Lúcio da Silva, 224, centro - São Bento - Paraíba - Fone: 83 3444-2533 / Fax: 83 3444-2533





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENTO

Fórum "Gov. João Agripino Filho", Rua Praça Álvaro Dias, 65, Centro, São Bento-PB, cep 58.865-000 Tel.: (83) 3444-1225

E-mail: sbe-vuni@tjpb.jus.br

NÚMERO DO PROCESSO: 0801802-21.2019.8.15.0881

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) / ASSUNTO: [Seguro]

PROMOVENTE: LOURIVAL FILHO DINIZ

PROMOVIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos.

Foi interposto Recurso de Apelação pela parte autora (ID nº 31415823), sendo assim, intime-se a parte recorrida para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, oferecer contrarrazões, e transcorrendo-se o prazo, com ou sem manifestação, encaminhem-se os autos ao E. TJPB (art. 1.009, §3º, do CPC), com as homenagens de estilo, ressaltando-se que o juízo de admissibilidade do recurso será efetuado direta e integralmente pela Corte *ad quem* (art. 932 do CPC).

Expedientes necessários.

Cumpra-se, com atenção.

São Bento/PB, data do protocolo eletrônico.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, Lei nº 11.419/2006]

JANETE OLIVEIRA FERREIRA RANGEL

Juíza de Direito em substituição





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE SÃO BENTO
Fórum Gov. João Agripino Filho
Praça Álvaro Silva, 65, Centro, São Bento-PB
CEP 58.865-000 Tel.: (83) 3444-1225

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[Seguro]

Processo nº 0801802-21.2019.8.15.0881

AUTOR: LOURIVAL FILHO DINIZ

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

APRESENTAR CONTRARRAZÕES

De ordem, da(o) MM. Juiz(a) de direito em razão de meu ofício, para que produza os devidos efeitos legais, que, nesta data, **INTIMO** o(a)(s) apelado(a)(s) para apresentar as suas contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.009, § 1º do CPC).

São Bento-PB, 27 de agosto de 2020.

JAMILLY BELIZA BEZERRA FERNANDES
Técnica Judiciária

